

Justiça social e informacional para a população LGBTQIAPN+

um olhar motivado pelos escritos de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Luís Fernando Vanin

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN-UFSC). Santa Catarina, Brasil.
luisfernandovanin@gmail.com

André Luiz Avelino da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Santa Catarina, Brasil.
andre_luiz93@live.com

Rodrigo de Sales

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Santa Catarina, Brasil.
rodrigo.sales.s@gmail.com

Resumo

Objetivo: Este estudo tem como propósito discutir os conceitos de justiça social e informacional aplicados à população LGBTQIAPN+, a partir das contribuições teóricas e epistemológicas desenvolvidas por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e coautorias. Busca-se compreender como tais referenciais podem ser mobilizados para enfrentar desigualdades históricas e promover equidade no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI).

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Realizou-se levantamento sistemático no Currículo Lattes da autora, resultando na identificação de 105 publicações. Deste, foram analisados 19 trabalhos que abordam os conceitos de justiça social e informacional, privilegiando uma perspectiva qualitativa, interpretativa e conceitual.

Resultados: As análises revelaram que a produção de Garcês-da-Silva se concentra principalmente em questões étnico-raciais, discutindo injustiça epistêmica, sociais e informacionais, epistemicídio, Biblioteconomia Negra e Crítica, competência em informação e práticas decoloniais. Esses referenciais possibilitam ampliar o debate para a população LGBTQIAPN+, também atravessada por opressões estruturais que geram invisibilidades e exclusões informacionais. **Conclusões:** O estudo evidencia a necessidade de integrar as perspectivas de justiça social e informacional às práticas e políticas da BCI, considerando as intersecções de raça, classe, gêneros, sexualidades etc. A partir das contribuições de Garcês-da-Silva, conclui-se que bibliotecas e profissionais da informação devem assumir compromisso ético e crítico com a inclusão de grupos historicamente marginalizados e socialmente minorizados, fortalecendo práticas que garantam visibilidade, diversidade e equidade com os compromissos ético-políticos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Descritores: Ciência da Informação; justiça social; justiça informacional; população LGBTQIAPN+; Biblioteconomia.

Recebido em: 22.09.2025 | Aceito em: 22.04.2026

1 Introdução

Os estudos no campo da Ciência da Informação têm sido tensionados por novas perspectivas teórico-epistemológicas que deslocam o foco de abordagens tradicionais para a incorporação de sujeitos, saberes e experiências historicamente marginalizados. Esse movimento tem sido impulsionado pela crescente presença de intelectuais comprometidos com agendas sociais, cujas produções vêm contribuindo para a ampliação crítica do campo, especialmente no que concerne às relações entre informação, poder e desigualdades.

Nesse sentido, repensar práticas informacionais e epistemologias a partir de grupos sociais minorizados¹, configura-se como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento científico da área, como evidenciam estudos recentes voltados às populações LGBTQIAPN+, negras e indígenas, entre outras (Ortolan; Silva; Alves; Martínez-Ávila, 2017; Maimone; Matos, 2019; Santos; Araújo, 2021; Santana; Melo; Santos, 2023; Rodrigues; Vargas, 2023; Vanin, 2024; Silva; Vlaxio, 2024; Okawati; Karpinski, 2024).

No contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) brasileira e latino-americana, estudos acerca da intelectualidade negra e de temas correlatos vêm sendo notadamente desenvolvidos por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, uma intelectual afro-brasileira, professora, pesquisadora e escritora crítica das pautas étnico-raciais. Os trabalhos de Garcês-da-Silva têm proporcionado novas perspectivas voltadas para grupos sociais historicamente marginalizados, promovendo não apenas o reconhecimento da produção intelectual negra, mas também estratégias de resistência e fortalecimento coletivo.

A atuação acadêmica e intelectual dela materializa a ideia de aquilombamento, entendido por Souto (2020) como uma prática política e epistemológica de criação de espaços de auto-organização para preservar e renovar as identidades e culturas negras. Pois, se estrutura em redes de produção coletiva do conhecimento,

¹ Os grupos historicamente marginalizados são definidos a partir de processos históricos de longa duração que produziram exclusão estrutural e invisibilização de saberes e sujeitos. Já os grupos socialmente minorizados são definidos pela posição relacional de menor poder no presente, independentemente de sua trajetória histórica. Enquanto o primeiro conceito enfatiza a historicidade da opressão, o segundo destaca a configuração atual das hierarquias sociais. Assim, ambos se complementam ao articular tempo histórico e estrutura social na análise das desigualdades.

estabelecendo diálogos constantes com diversas autorias comprometidas com a luta negra e antirracista. A partir dessa perspectiva, Garcês-da-Silva constrói um campo de pensamento em que bibliotecas, arquivos e outros espaços informacionais são compreendidos como territórios de resistência e emancipação, nos quais a memória e o saberes negros são valorizados e difundidos.

A incorporação dessas perspectivas evidencia que o campo da BCI não é neutro, mas atravessado por relações de poder que determinam quais saberes são legitimados e quais permanecem à margem. Assim, investigar populações historicamente marginalizadas, como comunidades negras, indígenas, LGBTQIAPN+², pessoas com deficiência e em situação de rua, não se trata apenas de ampliar objetos de estudo, mas de tensionar as próprias bases epistemológicas da área, contribuindo para a construção de uma ciência socialmente comprometida.

No caso específico da população LGBTQIAPN+, que constantemente sofrem com violências, preconceitos e discriminações (Observatório..., 2024), observa-se a persistência de violências estruturais que se refletem também no campo informacional, seja pela invisibilização de suas produções, seja pela reprodução de lógicas excludentes. Em resposta a esse cenário, pesquisas na BCI têm buscado desenvolver abordagens que enfrentem a LGBT[QIAPN+]fobia³ informacional e social promovendo maior equidade no acesso, na representação e na circulação da informação e do conhecimento.

Isto posto, os conceitos de justiça social e justiça informacional trabalhados por Garcês-da-Silva visam contribuir com as populações minorizadas, de maneira crítica, ética e reflexiva, no intuito de buscar promover a equidade para essas pessoas, por meio de estratégias, ações e formas de atuação profissional que se atente para aspectos sociais no que se refere ao campo informacional. Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira os conceitos de justiça social e justiça informacional, desenvolvidos por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e autorias parceiras, podem contribuir para a construção de práticas informacionais mais equitativas voltadas à população LGBTQIAPN+ no âmbito da BCI?

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans (travestis, transexuais, homens trans, transmasculinos), Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, pessoas Não-binárias, o símbolo + significa que há outras orientações, identidades e formas de gênero e sexualidade. Neste trabalho essa será a sigla abordada, compreendendo que há outras e não temos intenção de discutir questões referente a construção e disputas acerca da sigla.

³ Preconceito, discriminação, raiva, ódio, aversão às pessoas LGBTQIAPN+ (Reis, 2018).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar e articular os conceitos de justiça social e justiça informacional, a partir das contribuições teóricas de Garcês-da-Silva e de coautorias, buscando evidenciar suas potencialidades para o enfrentamento das desigualdades sociais e informacionais que afetam a população LGBTQIAPN+.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de tensionar os fundamentos epistemológicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, historicamente atravessados por matrizes hegemônicas que produzem exclusões, silenciamentos e assimetrias na circulação dos saberes, afetando de modo significativo a população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a pesquisa responde à urgência social de enfrentar desigualdades informacionais que impactam a visibilidade e o reconhecimento desses sujeitos, ao passo que se sustenta metodologicamente em uma perspectiva situada e crítica, que reconhece a implicação do pesquisador no processo de produção do conhecimento e articula reflexão teórica e compromisso político com a transformação social.

2 Contextualização da população LGBTQIAPN+ no Brasil

No Brasil, as questões de desigualdades sociais configuram-se como um fenômeno recorrente, em especial no que se refere aos grupos sociais minorizados, como as populações negras, mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, comunidades LGBTQIAPN+, dentre outras. Nesse sentido, a ampliação dos debates acadêmicos mostra-se pertinente, não somente no que diz respeito a especulações teóricas, mas sobretudo para que a partir dessas discussões seja possível traçar estratégias e formas de contribuir para a justiça social e informacional para esses conglomerados de pessoas relegadas à marginalização política, social, econômica e informacional.

A população LGBTQIAPN+ sofre com preconceitos em razão de “ser o que se é” e confrontar a hegemonia da heteronormatividade e cisgeneridade (Observatório..., 2024). A partir disso, violências são impostas a esses grupos minorizados desde o momento em que se identificam como parte integrante desses grupos, e tais violências são operadas de forma velada e/ou explícita (Observatório..., 2024).

A marginalização dessa população também se manifesta de modo contundente nos contextos informacionais. Andrade, Alves e Garcês-da-Silva (2023) evidenciam

que a invisibilidade e o apagamento de saberes LGBTQIAPN+ nas bibliotecas e nos instrumentos de organização do conhecimento configuram diferentes formas de injustiça epistêmica. Tais práticas se expressam tanto na formação e na mediação das obras dos acervos quanto na reprodução de discursos patologizantes e moralistas que negam a legitimidade de identidades dissidentes. Esse processo produz o que Kilomba (2020) denomina “princípio da ausência”, no qual sujeitos e produções culturais existem, mas são sistematicamente negados, reforçando a violência simbólica e epistêmica em espaços que deveriam ser de acesso universal ao conhecimento.

Complementarmente, Martins (2022) aponta que a Biblioteconomia brasileira ainda carrega resistências estruturais em lidar com as demandas informacionais da comunidade LGBTQIAPN+, resultado de uma formação profissional alicerçada em paradigmas coloniais e patriarcais. Esse cenário contribui para a manutenção de estereótipos e preconceitos nos processos de classificação, indexação e mediação, onde, historicamente, identidades sexuais e de gênero dissidentes foram reduzidas a categorias marginais ou patologizadas.

Como destacam Santos, Targino e Freire (2017), a ausência quase total de estudos que delineiam perfis de usuários LGBTQIAPN+ ou analisam seus comportamentos informacionais revela uma área que, ao negligenciar esse grupo, reproduz exclusões. Assim, os espaços informacionais, como bibliotecas, museus e arquivos, que deveriam ser espaços de emancipação e pluralidade, acabam por perpetuar violências e restringir o acesso dessa população a direitos culturais e informacionais.

Em função da ausência de dados sobre as violências sofridas pela população LGBTQIAPN+, pois o Estado brasileiro não criou mecanismos formais para mapear esses números, grupos de ativismo e Organizações Não-Governamentais fazem um trabalho voluntário em todo o território nacional para mapear tal realidade. Somente em 2023, no Brasil, cerca de 230 pessoas LGBTQIAPN+ morreram vítimas de preconceitos e discriminações (Observatório⁴..., 2024).

Neste cenário, pontua-se a existência de iniciativas institucionais, como o Plano

⁴ O Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil é formado por 3 Instituições: a Acontece Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, fruto de diálogo entre os movimentos sociais e o Estado, que buscou constituir uma política pública direcionada a promoção da cidadania e da defesa e garantia dos direitos humanos das pessoas LGBTQIAPN+, articulando-se a partir de ações destinadas ao enfrentamento da discriminação e a ampliação do acesso aos direitos sociais dessas pessoas (Brasil, 2009).

Tocante às pessoas trans, a ANTRA informa que em 2024 foram 145 mortes em decorrência da transfobia da sociedade, número maior do que os dois anos anteriores (Benevides, 2024). Ambos os relatórios apresentados pelas referidas ONGs apontam para a necessidade de o Estado brasileiro tomar tais estatísticas como tragédia humano-social e assumir o enfrentamento desta realidade, ainda mais considerando que os dados são subnotificados, ou seja, é possível que o número de violências e mortes seja ainda maior.

Os movimentos sociais são grandes protagonistas no que se refere à luta por direitos, atuando na linha de frente para alcançar a justiça social (Feitosa, 2017). Dessa forma, percebe-se a importância de trazer tais questões para o âmbito acadêmico de modo a somar esforços para se alcançar uma luta efetiva no combate às desigualdades sociais (Feitosa, 2017). Em relação à população LGBTQIAPN+, a realidade de violências vivenciadas é desvelada a partir de relatórios como os citados acima, de modo a entender como a situação de vulnerabilidade social desta população é nutrida pelas mais diversas violências (físicas, psicológicas e emocionais) (Ventimiglia; Menezes, 2020).

Outros contextos em que esse grupo social sofre preconceitos e violências é o contexto educacional escolar, onde a diferença acaba sendo um fator desencadeante de *bullying* contra as pessoas LGBTQIAPN+. Corpos tidos como afeminados e jeitos tidos como femininos são alvos deste tipo de preconceito (Ventimiglia; Menezes, 2020). Nesse sentido, o ambiente escolar acaba sendo um local de dor e sofrimento e, em alguns casos, ocasiona a evasão escolar, devido ao grau do abalo psíquico que essas pessoas sofrem (Oliveira; Porto, 2016).

Café (2021) aponta que a LGBT[QIAPN+]fobia no ambiente escolar é alimentada não somente por estudantes, mas também por docentes que desmerecem práticas formativas que combatam esse mal. Assim, até mesmo quem busca ações para mitigar e confrontar os preconceitos, pode sofrer com represálias por defender

uma pauta ou uma agenda específica, como a das pessoas LGBTQIAPN+.

O ambiente familiar também é um dos espaços onde o preconceito ocorre constantemente. Justamente onde essa população mais deveria ser acolhida é onde sofre o primeiro “golpe” e, em casos extremos, expulsões de residências ocorrem, ainda que a pessoa expulsa seja menor de idade (Marques, 2024). O fato de pessoas heterossexuais ou cisgêneras não sofrerem com tais situações em decorrência de tais motivos, tendo em vista atenderem aos padrões “esperados” pela sociedade, mostra o quanto a população LGBTQIAPN+ é assolada por violências nos mais variados contextos sociais, seja em casa, na rua, na escola, no trabalho e obviamente, nos espaços informacionais (Observatório..., 2024).

Essas questões vão impactando a vida das pessoas LGBTQIAPN+, impedindo que elas consigam acessar seus direitos, o que acaba por dificultar o acesso à educação, à informação, ao conhecimento, à saúde, à moradia, ao lazer, ao trabalho, enfim, ao conjunto de direitos garantidos pela Constituição do país (Brasil, 1988), fazendo, ainda, com que essas pessoas enfrentem barreiras no acesso à cidadania.

3 Justiça social e informacional

A justiça social e informacional na Biblioteconomia e Ciência da Informação constitui uma temática emergente para a promoção da equidade e da inclusão nas práticas de gestão, mediação, produção e acesso à informação. No contexto das bibliotecas e unidades de informação, ela se expressa na garantia de que todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, orientação sexual, classe social ou outros marcadores sociais da diferença, tenham acesso equitativo aos recursos informacionais.

Tal compreensão encontra respaldo em marcos normativos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), especialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que reconhece o acesso à informação e à cultura como direitos fundamentais, e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que reafirma o compromisso com a redução das desigualdades e a construção de sociedades inclusivas (ONU, 2015), bem como na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura a dignidade da pessoa humana, a igualdade sem discriminação e o acesso à informação e à cultura como

fundamentos para o pleno exercício da cidadania (Brasil, 1988).

Ademais, outro documento sobre o tema refere-se aos Princípios de Yogyakarta, que tratam das aplicações de normas internacionais sobre direitos humanos quanto às questões de orientação sexual e identidade de gênero, de modo a orientar as garantias de direitos fundamentais que possam contribuir para a formulação de práticas informacionais mais inclusivas e equitativas (Yogyakarta, 2007). Essas perspectivas são essenciais para o enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais que marginalizam determinados grupos, restringindo seu acesso ao conhecimento e às oportunidades de desenvolvimento pessoal e social (Garcês-da-Silva; Garcez; Fevrier; Alves, 2022).

O conceito de justiça social refere-se à busca por condições equitativas de participação, distribuição de recursos e reconhecimento entre diferentes grupos sociais, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Na tradição da filosofia política, John Rawls formula a ideia de “justiça como equidade”, defendendo princípios que orientam a organização justa das instituições sociais, com especial atenção às desigualdades que afetam os menos favorecidos (Rawls, 1971).

Em uma perspectiva crítica latino-americana, Frantz Fanon (1961) analisa os efeitos do colonialismo na produção de desigualdades profundas, evidenciando que a justiça social envolve também processos de descolonização material e simbólica. Já Nancy Fraser (2008), propõe uma abordagem tridimensional da justiça, articulando redistribuição, reconhecimento e representação como dimensões indissociáveis para a construção de sociedades mais justas. Em conjunto, essas perspectivas evidenciam que a justiça social não se limita à igualdade formal, mas implica o enfrentamento de estruturas históricas e institucionais de desigualdades.

Por sua vez, justiça informacional enfoca a equidade na produção, disseminação e acesso à informação. Este conceito busca assegurar que os processos de produção, organização, mediação e acesso ao conhecimento e à informação não reproduzam discriminações e exclusões. Essa perspectiva, aproxima-se das reflexões de Paulo Freire (1987), ao compreender o acesso à informação e ao conhecimento como condição para a emancipação, a conscientização crítica e o exercício pleno da cidadania, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e informacionais.

No campo da Ciência da Informação, isso implica em revisões críticas das

epistemologias e práxis da área, que muitas vezes refletem preconceitos culturais e sociais. Um exemplo dessa abordagem é a valorização de conhecimentos marginalizados, como os saberes negros e indígenas, e a integração desses conhecimentos nos sistemas informacionais de maneira respeitosa e equitativa (Sena, 2024).

As práticas de justiça social e informacional também demandam uma educação crítica e contínua para profissionais da informação. Bibliotecários e cientistas da informação, comprometidos eticamente com a diversidade social, devem ser capacitados a reconhecer e desafiar as injustiças epistemológicas presentes em suas práticas diárias (Garcês-da-Silva; Garcez; Vieira; Fevrier; Alves, 2023). Isso inclui a criação de coleções diversas e representativas, a promoção de programas e eventos que atendam às necessidades de comunidades sub-representadas e a defesa de políticas públicas que apoiem a inclusão e a acessibilidade informacional.

Nesse sentido, o Manifesto da IFLA sobre Bibliotecas Públicas afirma que “[...] a biblioteca pública deve ser uma força viva para a educação, a cultura e a informação e um agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através da mente de todos os seres humanos [...]” (IFLA, 1994), reforçando o papel social e ético dessas instituições. A formação de redes de colaboração entre bibliotecas, organizações comunitárias e movimentos sociais é igualmente fundamental para fortalecer essas iniciativas.

Finalmente, a justiça social e informacional em Biblioteconomia e Ciência da Informação requer uma abordagem interseccional que considere a complexidade das identidades, vivências e experiências dos usuários. As bibliotecas devem funcionar como espaços seguros e acolhedores, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas (Assumpção, 2018). Esse compromisso com a justiça vai além da simples inclusão simbólica, buscando uma transformação estrutural que realmente democratize o acesso ao conhecimento e empodere comunidades marginalizadas. A implementação dessas práticas é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa, equitativa e informada.

Para a população LGBTQIAPN+, a justiça social e informacional em Biblioteconomia e Ciência da Informação é particularmente significativa. Historicamente, pessoas LGBTQIAPN+ têm enfrentado exclusão, discriminação e invisibilidade nos sistemas de informação tradicionais (Righetto; Vitorino, 2019; Café,

2021). As práticas de justiça informacional buscam corrigir essas desigualdades, garantindo que as coleções bibliográficas e os recursos informacionais reflitam a diversidade das experiências e identidades LGBTQIAPN+. Isso inclui a inserção de literatura LGBTQIAPN+, estudos de gêneros e sexualidades e materiais educacionais que abordem a saúde e os direitos LGBTQIAPN+, bem como a criação de espaços seguros e acolhedores nas bibliotecas para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Além disso, a justiça informacional para a população LGBTQIAPN+ envolve a capacitação dos profissionais da informação para lidar com questões sensíveis relacionadas à identidade e à privacidade. Bibliotecários e cientistas da informação, ao assumirem tal compromisso, devem estar preparados para oferecer apoio e recursos que atendam às necessidades específicas dessa comunidade, promovendo a inclusão e a equidade no acesso à informação (Garcês-da-Silva; Garcez; Romeiro; Fevrier; Alves, 2021). A implementação de práticas de justiça social e informacional ajuda a combater a desinformação e os preconceitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das diversidades sexuais e de gêneros. Assim, as bibliotecas e unidades de informação podem se tornar aliadas na luta pelos direitos, cidadania e pela visibilidade da população LGBTQIAPN+.

4 Aspectos metodológicos

O presente escrito trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e exploratória (Gil, 2019). A coleta de dados iniciou-se com uma busca no currículo Lattes de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, a partir da qual foram identificados manuscritos publicados em periódicos científicos, Anais de eventos e capítulos de livros. A pesquisa, realizada em dezembro de 2024, resultou na localização de 105 publicações, distribuídas em 34 artigos em periódicos, 34 capítulos de livros e 37 trabalhos completos em Anais. A etapa de seleção baseou-se na leitura dos resumos e/ou introduções, considerando como critério a presença explícita da discussão sobre os conceitos de justiça social e justiça informacional.

Após esse processo, 19 publicações foram considerados pertinentes para compor o corpus analítico desta investigação. É importante ressaltar que Garcês-da-Silva é conhecida por colaborar frequentemente com diversas pessoas autoras na

produção de seus escritos. Essa característica também foi considerada durante a análise dos dados, uma vez que pode influenciar nas perspectivas e abordagens presentes nos textos selecionados. As demais autorias podem ser verificadas no Quadro 1 abaixo.

A abordagem exploratória permitiu identificar diferentes perspectivas teóricas e conceituais acerca do tema proposto, o que possibilitou sistematizar as informações provenientes da literatura selecionada. Para a análise do material, adotou-se uma perspectiva qualitativa, de caráter interpretativo e conceitual (Denzin; Lincoln, 2010), que buscou compreender como os conceitos são mobilizados e articulados nos textos, de modo a favorecer uma leitura crítica e reflexiva sobre os referenciais adotados. Essa estratégia metodológica possibilitou não apenas a síntese das contribuições teóricas já existentes, mas também a identificação de lacunas e potencialidades para novos estudos (Gil, 2019), fortalecendo o debate aqui proposto.

Quadro 1— Lista de publicações selecionadas para o estudo (corpus da análise)

Nº	TÍTULO	PESSOAS AUTORAS	ANO
1	Bibliografia sobre justiça social: fontes sobre o tema em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Gabriel de Melo Vieira Priscila Rufino Fevrier Ana Paula Meneses Alves	2023
2	Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Nathália Lima Romeiro Priscila Rufino Fevrier Ana Paula Meneses Alves	2021
3	Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do encontro nacional e internacional de bibliotecárias(os) negras(os) e antirracistas (2019-2021)	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Ana Paula Meneses Alves Rubens Alves da Silva	2022
4	Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Rubens Alves da Silva	2022
5	Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Priscila Rufino Fevrier Ana Paula Meneses Alves	2022
6	Educação continuada em informação para a pessoa bibliotecária em três vertentes: competência em	Ana Paula Meneses Alves Diogo Roberto da Silva Andrade Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Gisele da Silva Rodrigues	2022

	informação, uso ético da informação e justiça social"		
7	Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Leyde Klebia Rodrigues da Silva Priscila Rufino Fevrier Ana Paula Meneses Alves	2022
8	O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura brasileira	Diogo Roberto da Silva Andrade Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Ana Paula Meneses Alves	2023
9	Princípios da justiça informacional	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Leyde Klebia Rodrigues da Silva Priscila Rufino Fevrier Ana Paula Meneses Alves	2023
10	A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma Bibliografia Negra	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Diná Marques Pereira Araújo Priscila Rufino Fevrier Gabriel de Melo Vieira	2023
11	Brazilian Black Librarianship: The Fight Against the Epistemicide of Black Thought in the Library Profession	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Gustavo Silva Saldanha	2022
12	Da Ausência à Evidência: notas teórico-críticas sobre o Princípio da Ausência, Epistemicídio e Reparação Epistêmica em bibliotecas e Biblioteconomia	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Rubens Alves da Silva	2022
13	Informação étnico-racial e racismo: uma análise das interações do perfil do quilombo intelectual no instagram	Priscila Rufino Fevrier Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Nathália Lima Romeiro Ana Paula Meneses Alves	2023
14	Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	2020a
15	Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	2020b
16	Funções ambientais e/ou ecológicas da biblioteca: Ampliando as funções sociais no antropoceno	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Natalia Duque Cardona Guilherme Fellipin dos Santos	2023
17	Comunidade selvagem e suas práticas de mediação cultural e de informação	Nathália Lima Romeiro Bruno Almeida dos Santos Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	2023
18	Cartografias da supremacia racial e da branquitude na biblioteconomia e ciência da informação	Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva Dirnele Carneiro Garcez Daniella Camara Pizarro	2022
19	Projetos de humanidades digitais e justiça social no contexto africano	Gabriel de Melo Vieira Franciéle Carneiro Garcês da Silva	2024

		Priscila Machado Borges Sena	
--	--	------------------------------	--

Fonte: pessoas autoras (2025).

5 Análise dos resultados: justiça social e informacional a partir das contribuições críticas de Garcês-da-Silva e co-autorias

Publicação 1 – É analisada a produção bibliográfica sobre justiça social em BCI (1960-2020), contextualizando-a no debate crítico contra a falsa neutralidade do campo, que perpetua opressões e epistemicídios. Fundamenta-se nas conceituações de justiça social (Britz; Ponelis, 2012) e justiça informacional (Mathiesen, 2015), entendidas como antíteses da neutralidade. A crítica é amparada pela noção de injustiça epistêmica (Fricker, 2007) e pelo epistemicídio (Santos, 2016), propondo a bibliografia como ferramenta de reparação.

Publicação 2 - Problematiza o papel das bibliotecas, historicamente elitistas, na reprodução de desigualdades raciais, de gênero e informacionais, propondo-as também como espaços potenciais de transformação. O objetivo é elaborar um modelo de Competência em Informação (ColInfo) orientado pela justiça social, articulando as dimensões distributiva, participativa e de reconhecimento (Mathiesen, 2015) para promover equidade. Fundamenta-se nos conceitos de justiça social de Mehra (2015) e Vincent (2012), enquanto a crítica à neutralidade e às estruturas de poder nas bibliotecas é amparada por Honma (2005) e Austin (2018). A proposta pedagógica final, inspirada em Freire (2013), Elmborg (2006), Bezerra *et al.* (2019), Bezerra, Schneider e Saldanha (2019), Vitorino (2016), Seale (2016) e Martin Vanduciel (2018), defende uma ColInfo crítica e construída com os sujeitos para alcançar emancipação.

Publicação 3 - Analisa os Encontros Nacional e Internacional de Bibliotecárias/os Negra/os e Antirracistas como contraponto à sub-representação negra e indígena em eventos tradicionais de BCI, situando-os como marco contra-hegemônico. Objetiva demonstrar como o evento opera como instrumento de justiça social, racial e epistêmica, promovendo o protagonismo negro e antirracista. Articula a justiça social (Mathiesen, 2015) com a justiça informacional, desdobrada nas dimensões racial e epistêmica, fundamentando-se em Coady (2010) (injustiça epistêmica e Petronilha Bento Silva (2019) (educação étnico-racial), além de outras autorias negras do campo.

Publicação 4 – investiga a operação do epistemicídio (Santos, 1995) contra

saberes negros na BCI. O objetivo é desvendar os mecanismos dessa injustiça epistêmica, categorizados a partir de Fricker (2007) e Patin, Sebastian, Yeon, Bertolini e Grimm (2021) (testemunhal, hermenêutica, curricular e participativa), e propor estratégias decoloniais de reparação. Propõe 4 estratégias: Afroperspectividade; educação bibliotecária antirracista, decolonial e intercultural; cursos de atualização de profissionais graduados(as); e promoção de experiências didático-pedagógicas com mestres e mestras do saber ancestral-tradicional.

Publicação 5 - Analisa a competência em informação (Colnfo) como ferramenta de emancipação, contestando sua neutralidade e vinculando-a à justiça racial. Os conceitos de justiça social (Miller, 1976; Reisch, 2002) e justiça informacional são articulados como indissociáveis, superando a perspectiva distributiva para incorporar reconhecimento e participação. Fundamentado no capitalismo racial (Kelley, 2022; Robinson, 2000), o estudo critica a abordagem superficial da diversidade e propõe ações reparadoras, reposicionando a Colnfo como metacompetência crítica (Vitorino, 2018) para combater opressões sistêmicas e promover equidade.

Publicação 6 - Propõe um curso de extensão para bibliotecários, fundamentado na integração crítica entre competência em informação (Colnfo), ética e justiça social. O conceito de justiça social é articulado a partir de Mathiesen (2015), que desdobra na justiça informacional, garantindo equidade nas interações informacionais. Paralelamente, o trabalho incorpora a noção de equidade informacional, de Lievrow e Farb (2005).

Publicação 7 – Propõe um diálogo teórico-conceitual entre a justiça social, como marco amplo de combate a estruturas opressoras, e a justiça informacional, seu subconjunto aplicado ao domínio informacional. Fundamentado em Smith (2001), Butcher (2009) e na crítica à neutralidade tecnológica de Johnson (2018) e Eubanks (2011), o estudo culmina na proposição de princípios para orientar a atuação ético-política da BDCI na reparação de direitos e emancipação de comunidades vulneráveis, no combate às desigualdades e empoderamento de comunidades vulneráveis, rejeitando a lógica capitalista de informação. Defende o acesso e a privacidade como direitos humanos, promovendo software livre e formação crítica. Busca uma distribuição justa da informação e desenvolve competência informacional para uma cidadania ativa e transformação social.

Publicação 8 – Analisa a articulação entre justiça social e informacional na Ciência da Informação, tomando como objeto a “Biblioteca Universal Guei” do jornal Lampião da Esquina. Demonstra como a seção atuou como mediação bibliográfica contra o epistemicídio LGBTQIA+, promovendo justiça informacional ao garantir acesso a um cânone literário excluído. Os conceitos são articulados de modo interdependente: a justiça informacional (equidade no acesso, representatividade e produção de conhecimento) é estabelecida como fundamento para a justiça social (participação plena na vida cultural). A fundamentação teórica centraliza em injustiça epistêmica, de Fricker (2007), e operacionaliza tais conceitos no campo da CI, apoiada por Vergueiro (1989) e Campello (2019).

Publicação 9 - Analisa as desigualdades exacerbadas pela pandemia de COVID-19, que privaram populações marginalizadas de bens epistêmicos, configurando um cenário de injustiça informacional. Objetiva promover um diálogo entre os conceitos de justiça informacional e a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), propondo princípios orientadores para a reparação de direitos. O conceito de justiça social atua como um guarda-chuva, enquanto a justiça informacional, seu subconjunto, é definida como o julgamento ético dos arranjos que distribuem informação (Johnson, 2018) e justiça para as pessoas em suas atividades informacionais (Mathiesen, 2015). O estudo se ampara no arcabouço teórico desses autores, além de contribuições de Martha Smith, Milton Santos e Helen Nissenbaum.

Publicação 10 - Investiga a construção da Bibliografia Negra estadunidense (séculos XIX-XX) como ato de resistência à exclusão informacional imposta pelo regime segregacionista. Articulando os conceitos de justiça social (Fraser, 2008), enquanto redistribuição de bens epistêmicos e participação plena, e justiça informacional, como combate ao epistemicídio, o estudo demonstra, através da atuação de figuras como Schomburg e Porter Wesley, como essa prática bibliográfica insurgente confrontou o “princípio da ausência” (Kilomba, 2020) e o “apartheid epistêmico” (Rabaka, 2010), operando como reparação histórica e fundamento para a luta por equidade no campo da informação.

Publicação 11 - Analisa a Biblioteconomia Negra Brasileira (BNB) como um movimento de insurgência contra o epistemicídio do pensamento negro na Ciência da Informação. Argumenta-se que a suposta neutralidade da área, ancorada em paradigmas eurocêntricos, naturaliza o racismo epistêmico. O objetivo é demonstrar

como a BNB, através de sua práxis e produção contra-hegemônica, atua pela concretização da justiça social (Mehra, 2015) e da justiça informacional (Mathiesen, 2015), combatendo injustiças na representação, acesso e produção do conhecimento para promover equidade étnico-racial no campo.

Publicação 12 - Baseando-se na Biblioteconomia Crítica e nos estudos decoloniais, o artigo "Da Ausência à Evidência" analisa os mecanismos de exclusão racial (epistemicídio, apartheid epistêmico, princípio da ausência) que perpetuam a hegemonia do saber branco-eurocêntrico em bibliotecas e universidades. Propõe estratégias de reparação epistêmica, articulando os conceitos de justiça social, conforme Fraser (2006), que demanda transformação de estruturas marginalizantes, e justiça informacional, segundo Mathiesen (2015), que exige o reconhecimento de comunidades marginalizadas como produtoras legítimas de conhecimento.

Publicação 13 - Investiga como o racismo estrutural viola o direito humano à informação e perpetua injustiças. Objetiva analisar, através de estudo qualitativo no perfil @quilombointelectual, as manifestações racistas nos comentários, interpretadas através dos conceitos de Pacto Narcísico da Branquitude (Bento, 2002) e Fragilidade Branca (DiAngelo, 2018). Articula justiça social e justiça informacional com o conceito de informação étnico-racial como uma ferramenta de reparação. Conclui que iniciativas como o Quilombo Intelectual são vitais para a efetivação de uma justiça substantiva.

Publicação 14 - Analisa perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia, contestando a neutralidade hegemônica e eurocêntrica da área a partir dos conceitos de epistemicídio (Carneiro, 2005) e colonialidade do saber (Lander, 2005). O objetivo é mapear movimentos como a Biblioteconomia de Guerrilha (Hennessy, 1981), a Biblioteconomia Crítica (Schlesselman-Tarango, 2017; Henk, 2016), os Estudos da Branquitude (Honma, 2005; Hudson, 2017) e a Biblioteconomia Negra (Silva; Saldanha, 2019), demonstrando seus papéis na promoção de uma práxis antirracista e descolonial. A justiça social é articulada como compromisso ético no combate às desigualdades, enquanto a justiça informacional materializa-se no acesso democrático, representação não estereotipada e combate ao epistemicídio, consolidando-se como eixo central para uma transformação social emancipatória.

Publicação 15 - Analisa criticamente a colonialidade do saber na Biblioteconomia brasileira, demonstrando como sua dependência epistêmica

eurocêntrica perpetua hierarquias raciais e o epistemicídio. O objetivo é fundamentar a proposta de uma Biblioteconomia Crítica Antirracista e Decolonial (BCAD) como contra-hegemonia necessária. As justiças sociais e informacionais são tratadas de forma indissociável: a primeira demanda equidade étnico-racial e de gênero no acesso e produção do conhecimento, enquanto a segunda exige representação digna nos acervos e sistemas de classificação. Assim, defende que a justiça informacional só será alcançada mediante desobediência epistêmica e a incorporação de epistemologias marginalizadas.

Publicação 16 - Pautado no paradigma decolonial da Ciência da Informação, analisa a função da biblioteca no Antropoceno, criticando a colonialidade eurocêntrica que separa natureza e cultura. Objetiva instituir uma quinta função ecológica para as bibliotecas, reposicionando-as como instituições socioambientais. A justiça social é abordada como reparação aos saberes subjugados, enquanto a justiça informacional, implícita, manifesta-se na defesa do acesso e preservação do patrimônio biocultural.

Publicação 17 - Analisa as práticas da Comunidade Selvagem como estratégias de mediação cultural contra a exclusão epistêmica dos saberes indígenas. O estudo qualitativo demonstra que a iniciativa, através da ação e fabricação cultural, opera concretamente pela justiça social, ao promover o protagonismo indígena, e pela justiça informacional ao garantir acesso, participação e representação justa na esfera informacional. Conclui-se que tais mediações são um mecanismo ético-político para romper a dependência epistêmica e efetivar ambas as justiças.

Publicação 18 - Baseado nos estudos críticos da branquitude (ECB), investiga como a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) reproduz a supremacia racial, constituindo-se como obstáculo à justiça social e informacional. O objetivo é mapear e desconstruir as estruturas de branquitude nas práticas e currículos do campo. A justiça social é entendida como equidade racial, enquanto a justiça informacional, seu corolário, refere-se à representação plural nos acervos e à validação de epistemologias não-brancas nos sistemas de conhecimento. A análise demonstra que a neutralidade é um mecanismo de poder que perpetua o epistemicídio, exigindo uma práxis antirracista para a transformação efetiva do campo.

Publicação 19 - Analisa projetos de humanidades digitais (HD) nos países africanos de língua portuguesa (PALOP), contextualizando-os como ferramentas de reparação de injustiças históricas em contextos sub-representados. Objetiva mapear

e categorizar iniciativas voltadas à justiça social, operacionalizada em esferas específicas. A justiça social é fundamentada no princípio de distribuição equitativa de recursos (Fraser, 2002; Reisch, 2002), enquanto a justiça informacional, baseada em Mathiesen (2015), é tratada como pilar para combater inequidades e a "pobreza informacional" (Butcher, 2009), garantindo acesso à informação para o exercício pleno da cidadania.

5.1 A justiça social e informacional em conexões com a população LGBTQIAPN+

A análise de parte da produção de Garcês-da-Silva e colaboradoras sobre justiça social e justiça informacional, com forte ênfase nas questões étnico-raciais, revela um arcabouço crítico de grande relevância para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Esse arcabouço pode ser expandido para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades vivenciadas pela população LGBTQIAPN+, marcada pela intersecção de opressões de gênero, sexualidade, raça, classe e território. Nesse sentido, a justiça informacional, entendida como um desdobramento da justiça social (Mathiesen, 2015), torna-se uma lente fundamental para analisar as violências simbólicas, materiais e epistêmicas que atravessam o acesso, a produção e a circulação da informação.

Em primeiro lugar, a crítica à falsa neutralidade do campo, recorrente nas análises de Garcês-da-Silva, remete ao fato de que os sistemas de organização e disponibilização da informação não são neutros, mas carregados de valores que reproduzem hierarquias sociais (Fricker, 2007). Quando aplicamos essa crítica às populações LGBTQIAPN+, emerge a pergunta: quais acervos, serviços e sistemas de representação garantem efetivamente o direito à informação dessas comunidades? Historicamente, práticas catalográficas, classificatórias e de seleção de acervos silenciaram produções dissidentes de gênero e sexualidade, configurando verdadeiros epistemicídios (Carneiro, 2005). Portanto, promover justiça informacional para sujeitos LGBTQIAPN+ exige reverter tais mecanismos de exclusão, assegurando representatividade digna e não estigmatizante nos repertórios informacionais.

Outro eixo de debate se concentra na competência em informação (ColInfo) como ferramenta crítica e emancipatória. A partir de Garcês-da-Silva, essa competência deve ultrapassar uma dimensão técnica ou instrumental, integrando os

princípios de equidade, participação e reconhecimento. No caso LGBTQIAPN+, a ColInfo precisa ser situada em diálogo com as necessidades informacionais específicas dessas comunidades, marcadas tanto pela busca de acesso a informações sobre saúde, direitos e cidadania, quanto pela resistência à desinformação e à censura moralizante (Silva; Vitorino, 2023). Isso implica formar profissionais da informação capazes de reconhecer e enfrentar os vieses heteronormativos e cisnormativos ainda presentes nas práticas biblioteconômicas, pedagógicas e institucionais.

Os eventos científicos contra-hegemônicos analisados por Garcês-da-Silva, como o ENBNA/EIBNA, evidenciam o potencial dos espaços de articulação política e epistêmica na promoção da justiça social e racial. No entanto, ainda é notória a ausência de eventos equivalentes dedicados à população LGBTQIAPN+ dentro da BCI, o que aponta para um vazio estrutural. Perguntar quais são os espaços de visibilidade e debate para pessoas bibliotecárias e pesquisadoras LGBTQIAPN+ é também questionar o papel político do campo diante das múltiplas formas de exclusão. Criar e fortalecer tais espaços é, portanto, um caminho de efetivação da justiça informacional.

A valorização dos conhecimentos marginalizados constitui outro ponto nodal. Se as estratégias de afroperspectividade e educação bibliotecária antirracista se mostraram centrais no combate ao racismo epistêmico (Garcês-Da-Silva; Garcêz; Silva, 2022), cabe perguntar: onde estão os saberes LGBTQIAPN+ na formação e nas práticas biblioteconômicas e informacionais? Uma pedagogia antissexista e anti-LGBTQIAPN+fóbica é condição necessária para uma justiça social e informacional que reconheça a legitimidade de epistemologias, corpos e identidades dissidentes como produtores de conhecimento.

A pandemia de COVID-19, conforme analisado por Garcês-da-Silva e coautores, escancarou desigualdades estruturais no acesso a bens epistêmicos, configurando cenários de injustiça informacional. Para a população LGBTQIAPN+, essas desigualdades se agravaram diante do aumento da vulnerabilidade socioeconômica, da precarização das redes de apoio comunitário e do recrudescimento de discursos discriminatórios. Nesse contexto, os princípios da justiça informacional, equidade no acesso, privacidade, participação e reconhecimento (Mathiesen, 2015), são fundamentais para orientar políticas públicas

e práticas profissionais que garantam reparação e inclusão, em consonância, inclusive, com o Programa Nacional de Direitos Humanos, que é direcionado à promoção, proteção e garantia dos direitos humanos no país, destacando o seu ênfase em enfrentar as desigualdades sociais a medida que busca ampliar a cidadania e a inclusão de grupos vulneráveis (Brasil, 2010).

Assim, os estudos de Garcês-da-Silva demonstram que justiça social e justiça informacional não podem ser compreendidas como ideais abstratos, mas como compromissos ético-políticos contínuos. Transpostos para a realidade LGBTQIAPN+, esses compromissos exigem o reposicionamento da BCI como campo de luta contra a marginalização informacional, capaz de enfrentar epistemicídios, valorizar saberes dissidentes e construir acervos, práticas e espaços informacionais inclusivos. É nesse horizonte que se articula uma BCI crítica, decolonial e interseccional, comprometida com a dignidade e a equidade de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade/vivência de gênero.

6 Considerações finais

Este artigo evidencia a importância de integrar a justiça social e informacional às práticas e políticas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com foco na população LGBTQIAPN+. As contribuições teóricas de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e suas autorias parceiras demonstram a necessidade de um compromisso contínuo com a equidade e a inclusão, especialmente considerando a complexidade das opressões enfrentadas por grupos socialmente minorizados. Seus trabalhos destacam a importância de abordar as especificidades e interseccionalidades que permeiam as experiências informacionais dessas comunidades.

A análise das publicações de Franciéle sublinha a necessidade de reconhecer e valorizar conhecimentos que historicamente foram marginalizados. É crucial que as bibliotecas e unidades de informação se tornem espaços de representatividade, onde a diversidade de identidades e experiências seja refletida e respeitada. A justiça informacional deve ser entendida como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, tenham acesso igualitário e participação efetiva no tocante à informação.

Para alcançar esses objetivos, é imperativo que os profissionais da informação estejam preparados para enfrentar os desafios éticos, sociais e legais relacionados à justiça social e informacional. A educação continuada e a competência em informação são essenciais para desenvolver habilidades críticas e éticas, permitindo que esses profissionais promovam a inclusão e a representatividade em suas práticas diárias. Assim, a luta por justiça social e informacional deve ser um compromisso permanente, que permeie todas as ações e reflexões dentro do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, assegurando um futuro mais inclusivo e respeitoso para a população LGBTQIAPN+.

No futuro, a ambição é expandir essas discussões, desenvolvendo práticas e políticas concretas que garantam equidade e inclusão para todas as identidades de gênero e orientações sexuais. Pretende-se também fomentar a criação de espaços de diálogo e formação contínua para os profissionais da informação, capacitando-os a enfrentar as interseccionalidades das opressões e a atuar de forma ética e crítica na promoção da justiça informacional e social.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ CNPq Nº 18/2024.

Referências

ALVES, A. P. M.; ANDRADE, D. R. S.; GARCÊS-DA-SILVA, F. C. G.; RODRIGUES, G. S. Educação continuada em informação para a pessoa bibliotecária em três vertentes: competência em informação, uso ético da informação e justiça social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022. v. 1. p. 1-13. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2696>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ANDRADE, D. R. S.; ALVES, A. P. M.; GARCÊS-DA-SILVA, F. C. O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura

brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 52, p. 104-114, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6095>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ASSUMPÇÃO, L. B. A. Trans-Formação. Acesso à informação e inclusão de gênero: elaboração de um plano de negócio para criação de uma biblioteca para atender travestis, transexuais e transgêneros em situação de risco em Belo Horizonte: um relato de experiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: FEBAB, 2018. p. 849-858. Disponível em: <http://repositorio.febab.libertar.org/items/show/5766>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BENEVIDES, B. G. (org). **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. rev. atual. Brasília, DF: SDH/PR, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/1002/2/Programa%20Nacional%20de%20Direitos%20Humanos%20-%20PNDH3.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: SEDH, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

CAFÉ, L. **A Gente só é, e Pronto!**: uma análise linguístico-discursiva sobre os impactos da LGBTIfobia na escola. Curitiba: Appris, 2021.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; NETZ, S. R. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FEITOSA, C. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FEVRIER, P. R.; GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; ALVES, A. P. M. Informação étnico-racial e racismo: uma análise das interações do perfil do Quilombo Intelectual no Instagram. *In*: LIMA, I. F.; MOURA, M. A. (org.). **Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2023, v. 1, p. 201-224.

FRASER, N. **Escalas da justiça**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha, 2020b, p. 119-202.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha, 2020a, p. 73-117.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; ALVES, A. P. M.; SILVA, R. A. Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (2019-2021). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39917>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; CARDONA, N. D.; SANTOS, G. F. Funções ambientais e/ou ecológicas da biblioteca: ampliando as funções sociais no Antropoceno. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos** [...]. Aracaju: ANCIB; 2023. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1549>. Acesso em: 9 set. 2024. XXIII

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; ARAÚJO, D. M. P.; FEVRIER, P. R.; VIEIRA, G. M. A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma bibliografia negra. **Ciência da Informação**, Brasília, v.52, n. 1. p. 77-89, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6093>. Acesso em: 16 maio 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça Social e População Negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, p. 129-162, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40060>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. Cartografias da Supremacia Racial e da Branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: ANCIB; UFRGS, 2022. v. 1. p. 1-16. Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/viewFile/1037/767>. Acesso em: 09 set. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ; ANCIB, 2021. v. 1, n. 1. p. 1-16. Disponível em:

https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/80. Acesso em: 16 maio 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; SILVA, L. K. R.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Princípios da justiça informacional. *In: LIMA, I. F.; MOURA, M. A. (org.). Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2023, p. 129-144. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Nicole-Acquolini/publication/375489258_Praticas_informacionais_no_Instagram_investigando_desinformacao_de_genero/links/654bf2d93fa26f66f4e756b0/Praticas-informacionais-no-Instagram-investigando-desinformacao-de-genero.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; SILVA, L. K. R.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: ANCIB; UFRGS, 2022. v. 2, n. 1. p. 1-12. Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/enancib/es/article/view/666>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; VIEIRA, G. M.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Bibliografia sobre Justiça Social: fontes sobre o tema em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência Da Informação**, Brasília-DF, v. 52, n. 1, p. 38-48, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6094>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; SALDANHA, G. S. Brazilian Black Librarianship: the fight against the epistemicide of black thought in the library profession. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, v. 4, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/165>. Acesso em: 9 set. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; SILVA, R. A. Da Ausência à Evidência: Notas teórico-críticas sobre o Princípio da Ausência, Epistemicídio e Reparação Epistêmica em bibliotecas e Biblioteconomia. **INCID**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/194447>. Acesso em: 9 set. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. The Hague: IFLA; UNESCO, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 16 maio 2026.

KILOMBA, G. Fanon, existência, ausência: Prefácio. In: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MAIMONE, G. D.; MATOS, A. P. Culturas indígenas sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, SP, v. 13, n. 3, p. 46–55, 2019. DOI: 10.36311/1981-1640.2019.v13n3.05.p46. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9121>. Acesso em: 14 maio. 2026.

MARQUES, W. M. Psicodrama, matriz de identidade e homofobia: possibilidades de rematização. In: NERY, M. P.; EUTRÓPIO, A. C.; VOMERO, L. S. Z. (org.). **Sexualidades, corpos e poder**: desobediências criadoras. São Paulo: Ágora, 2024.

MARTINS, C. W. S. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, n. 1, p. e27728, 2022. DOI: 10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27728. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MATHIESEN, K. Informational Justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Dossiê 2023**: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

OKAWATI, J. A. A.; KARPINSKI, C. Narrativas indígenas: um caminho decolonial para compreender a memória e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 36, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/10646>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, J. F. Z. C.; PORTO, T. C. A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 4., 2016, São Leopoldo. **Anais eletrônicos** [...]. São Leopoldo: EST, 2016. p. 322-336. Disponível em: <http://www.anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/649/363>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Unicef, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 abr. 2026

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

ORTOLAN, L. P. V.; SILVA, M. F.; ALVES, R. C. V.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Paraíba, v. 13, n. 3, p. 14-29, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35715/19248>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

REIS, T. (org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 16 maio 2026.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. **#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans***. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

RODRIGUES, A. I.; VARGAS, A. E. A. Injustiça de gênero e sexualidade LGBTQIA+: A produção de conhecimento à margem na ciência da informação na região sul. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–23, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92370. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92370>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A.; GARCÊS-DA-SILVA, F. C. Comunidade Selvagem e suas práticas de mediação cultural e de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Sergipe. **Anais eletrônicos** [...]. Sergipe: ANCIB; UFS, 2023. p. 1-16. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1952>. Acesso em: 9 set. 2024.

SANTANA, S. R.; MELO, M. L. D.; SANTOS, R. F. A perspectiva social da Ciência da Informação acerca da população LGBTQIA+ brasileira no contexto pandêmico.

Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 9, n. 1/3, p. 1–19, 2023. DOI:

10.28998/cirev. %y91-19. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11939>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANTOS, R. N. R.; TARGINO, M. G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social, **Revista**

Brasileira de Educação em Ciência da Informação, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 114-

135, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57>.

Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, S. R. O.; ARAÚJO, R. F. Questões étnico-raciais na base Dimensions:

dados de produção, uso e atenção online. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, n.

esp., p. 1–20, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.78822. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78822>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SENA, P. M. B. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em Ciência da Informação. **Encontros**

Bibli, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê especial, 2024. Disponível em:

<https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/61963>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, A. L. A.; VITORINO, E. V. Estrutura de um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação (PDCIn) para a População LGBTI+: atitudes,

comportamentos, habilidades, valores e conhecimentos. **Brazilian Journal of**

Information Science, Marília, v. 17, p. 1-29, 2023. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14852>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA, A. L. A.; VLAXIO, F. A educação de qualidade nos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU para combate aos

preconceitos contra a população LGBTQIA+: um paralelo entre produção acadêmica

e bibliotecas universitárias. **AtoZ**, Curitiba, v. 13, p. 1–12, 2024. DOI: 10.5380/atoz.

v13i0.91752. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/91752>. Acesso

em: 22 abr. 2025.

SOUTO, S. S. S. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural

contemporânea. **Metamorfose**, Salvador, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/metamorfose/article/view/34426>. Acesso em:

20 jun. 2025.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254829?show=full>. Acesso em: 11 jun. 2024.

VENTIMIGLIA, R.; MENEZES, A. B. **LGBTfobia na escola**: possibilidades para o enfrentamento da violência. Curitiba: Appris, 2020.

VIEIRA, G. M., GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; SENA, P. M. B. Projetos de Humanidades Digitais e Justiça Social no Contexto Africano. **Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação**, [S. l], v. 17, 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/686>. Acesso em: 22 ago. 2025.

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia: 2007. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

Social and informational justice for the LGBTQIAPN+ population

A look motivated by Franciéle's Carneiro Garcês-da-Silva writings

Abstract

Objective: This study aims to discuss the concepts of social and informational justice as applied to the LGBTQIAPN+ population, based on the theoretical and epistemological contributions developed by Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva and co-authors. It seeks to understand how these frameworks can be mobilized to address historical inequalities and promote equity in the field of Library and Information Science (LIS). **Methodology:** This is an exploratory bibliographic research. A systematic search was conducted in the author's Lattes Curriculum, resulting in the identification of 105 publications. Of these, 19 works addressing the concepts of social and informational justice were analyzed, privileging a qualitative, interpretative, and conceptual perspective. **Results:** The analyses revealed that Garcês-da-Silva's production focuses mainly on ethnic-racial issues, discussing epistemic, social, and informational injustice, epistemicide, Black and Critical Librarianship, information literacy, and decolonial practices. These references make it possible to broaden the debate to include the LGBTQIAPN+ population, which is also affected by structural oppressions that generate invisibility and informational exclusion. **Conclusions:** The study highlights the need to integrate perspectives of social and informational justice into the practices and policies of information libraries, considering the intersections of race, class, gender, sexuality, etc. Based on the contributions of Garcês-da-Silva, it is concluded that libraries and information professionals must assume an ethical and critical commitment to the inclusion of historically marginalized and socially minoritized groups, strengthening practices that guarantee visibility, diversity, and equity with the fundamental ethical-political commitments for the construction of a more just and plural society.

Descriptors: Information Science; social justice; informational justice; LGBTQIAPN+ population; Librarianship ;

Justicia social e informativa para la población LGBTQIAPN+

Una mirada motivada por los escritos de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Resumen

Objetivo: Este estudio tiene como objetivo analizar los conceptos de justicia social e informacional aplicados a la población LGBTQIAPN+, basándose en las contribuciones teóricas y epistemológicas desarrolladas por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva y sus coautores. Busca comprender cómo estos marcos pueden movilizarse para abordar las desigualdades históricas y promover la equidad en el campo de la Biblioteconomía y las Ciencias de la Información (BCI). **Metodología:** Se trata de una investigación bibliográfica exploratoria. Se realizó una búsqueda sistemática en el Currículum Lattes de la autora, lo que resultó en la identificación de 105 publicaciones. De estas, se analizaron 19 trabajos que abordan los conceptos de justicia social e informacional, privilegiando una perspectiva cualitativa, interpretativa y conceptual. **Resultados:** Los análisis revelaron que la producción de Garcês-da-Silva se centra principalmente en cuestiones étnico-raciales, abordando la injusticia epistémica, social e informacional, el epistemicidio, la biblioteconomía negra y crítica, la alfabetización informacional y las prácticas decoloniales. Estas referencias permiten ampliar el debate para incluir a la población LGBTQIAPN+, que también se ve afectada por opresiones estructurales que generan invisibilidad y exclusión informativa. **Conclusiones:** El estudio subraya la necesidad de integrar perspectivas de justicia social e informacional en las prácticas y políticas de las bibliotecas de información, considerando las intersecciones de raza, clase, género, sexualidad, etc. A partir de las contribuciones de Garcês-da-Silva, se concluye que las bibliotecas y los profesionales de la información deben asumir un compromiso ético y crítico con la inclusión de los grupos históricamente marginados y socialmente minorizados, fortaleciendo las prácticas que garantizan visibilidad, diversidad y equidad con los compromisos ético-políticos fundamentales para la construcción de una sociedad más justa y plural.

Descriptores: Ciencias de la Información; justicia social; justicia informacional; población LGBTQIAPN+; Bibliotecología.